

Jornalismo Cultural e preservação do patrimônio: o caso da Capela do Stella¹

Fernanda Pires Alvarenga FERNANDES²

Teo Salgado PASQUINI³

Resumo

O artigo pretende analisar a importância histórica do Jornalismo Cultural na construção da cidadania frente à defesa do patrimônio cultural na cidade de Juiz de Fora. Para isso tomamos como base matérias publicadas entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, em periódicos como Correio da Mata, Diário da Tarde, Diário Mercantil, Tribuna da Imprensa e Correio do Povo, que noticiaram a transformação da antiga capela do Colégio Stella Matutina em galeria de arte. As reportagens realizadas no momento em que o jornalismo especializado começa a ganhar espaço, com a criação de cadernos de cultura e suplementos especiais, problematizam a demolição da escola e a posterior destruição da capela. Numa época em que ainda não havia leis locais que garantissem o tombamento e a preservação dos bens culturais edificados, a cobertura jornalística do tema forneceu ativamente subsídios para a construção do ideário de defesa do patrimônio e da memória na cidade.

Palavras-chave: Jornalismo cultural. Patrimônio cultural. Cidadania.

Introdução

Diversas publicações ressaltam a história de pioneirismo de Juiz de Fora. A cidade da Zona da Mata surgida às margens do Caminho Novo para as Minas Gerais teve a primeira usina hidrelétrica da América Latina, a primeira emissora de televisão do interior do Brasil e, no início do século XX, chegou a ter sete jornais diários circulando. Tantos feitos só foram viáveis devido ao desenvolvimento econômico, que permitiu o florescimento de movimentos artísticos locais. Leila Barbosa e Marisa Timponi classificam a cidade como “Um mosaico

¹ Este artigo foi motivado por levantamento realizado no Projeto de Treinamento Profissional em Jornalismo Cultural, desenvolvido na Casa de Cultura da UFJF sob a orientação dos professores Ms. Cristiano José Rodrigues e Ms. Fernanda Pires Alvarenga Fernandes, com a colaboração dos alunos Fausto Júnior, Lucas Campos, Mariana Ribeiro, Thais Araújo e Teo Pasquini.

² Mestre em Teoria da Literatura e graduada em Comunicação Social pela UFJF, professora na Faculdade de Comunicação Social da UFJF.

³ Aluno do sexto período de Comunicação Social na UFJF.

construído por poetas” (NEVES, 2004c, p.109), tal importância seus autores deram à memorialística. Nas artes plásticas, o surgimento de muitos pintores e galerias é explicado pela fundação de uma verdadeira escola com a Sociedade de Belas Artes Antonio Parreiras. Na música, a presença do Conservatório Haidée França Americano divide importância com a força do samba que se instalava por toda parte e dos festivais. No conturbado cenário das artes cênicas do final dos anos 1960, vimos nascer o Grupo Divulgação. E não se pode deixar de mencionar os feitos de João Carriço e sua companhia cinematográfica, que realizou cerca de 400 cinejornais e documentários entre 1930 e 1950.

Claro que esta rápida enumeração alinhavando momentos distintos do século XX deixa de fora muitos aspectos importantes da construção cultural da cidade, mas nos ajuda a compreender o cenário dos anos 1970 e 1980 que contextualiza o presente trabalho. Juiz de Fora, no final do século XIX e início do século XX, foi o maior centro urbano-industrial do estado de Minas Gerais, motivo pelo qual recebeu o codinome de “Manchester Mineira”. De 1930 a 1970 vivenciou a desaceleração do crescimento, mas nos anos 1970 e 1980 teve um período de reindustrialização.

Nesta época, Juiz de Fora tinha dois jornais de maior circulação, o Diário Mercantil e o Diário da Tarde. O Diário Mercantil dedicava certo destaque à cultura no caderno Arte e Literatura. Outros periódicos também possuíam suplementos especiais, normalmente de fim de semana. A partir desse período, os principais jornais brasileiros consolidaram seus cadernos culturais diários, demonstrando a importância que o tema gradativamente alcança. Segundo Daniel Piza, a Ilustrada (Folha de São Paulo) e o Caderno 2 (Estado de São Paulo) fizeram história na década de 1980 (PIZA, 2003, p. 40). Juiz de Fora não demora a seguir o exemplo e, em 1984, surge a Tribuna de Minas, que implanta um caderno diário inteiramente dedicado ao tema.

É neste contexto que observamos um grande número de matérias problematizando a preservação do patrimônio histórico da cidade, ancoradas na demolição do Colégio Stella Matutina e de sua Capela. Isso acontece em um momento em que os instrumentos legais de preservação eram poucos, ineficazes e desconhecidos do público. Ao longo deste artigo, procuramos identificar como a cobertura jornalística do fato contribuiu para a construção do ideário de defesa do patrimônio e da memória na cidade.

Patrimônio em Juiz de Fora

O prédio da Fazenda Velha, ou Fazenda do Juiz de Fora, foi demolido nos anos 1940. Não sem protestos, afinal tratava-se de um casarão em estilo colonial onde viveu o jurista que deu nome à cidade. Mas a preocupação com o tema da preservação do patrimônio cultural juizforano só tomou corpo na década de 1970, quando a imprensa acompanhou de perto a demolição do Colégio Stella Matutina.

As igrejas tinham terrenos enormes, doados por famílias ricas. Esses espaços foram tornando-se preciosos à medida que a cidade passa a sofrer um processo de verticalização em seu eixo principal, transformando drasticamente sua imagem física (AZEVEDO, 2007, p. 125). É o caso do conjunto do Stella Matutina, desmembrado a partir do progresso, e do Palácio Episcopal, mais conhecido como “a Casa do Bispo”, outro trauma que marcou a comunidade à época de sua demolição.

O espaço urbano ocupado pelo Stella Matutina em Juiz de Fora, correspondia a uma área que hoje equivale a um quarteirão inteiro. O complexo abrigava um prédio principal, com salas de aula e quartos do internato feminino, e uma capela, utilizada como templo de consagração da ordem religiosa Servas do Espírito Santo, fundadoras do colégio⁴. Uma das mais antigas instituições de ensino de Juiz de Fora ainda em atividade (hoje com endereço na Avenida Independência), a escola constituía um marco arquitetônico na cidade. Sua construção começou em 1913, sendo inaugurada em 8 de setembro 1917. Apresentava um estilo gótico, em réplica exata da casa central da Ordem na Alemanha. A Capela, também reproduzindo o aspecto gótico medieval, foi erguida somente em 1926.

⁴ O colégio Stella Matutina foi fundado em oito de setembro de 1902 e foi a primeira instituição da congregação das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, vindas da Holanda, no país. As primeiras aulas tiveram início em janeiro de 1903, num edifício localizado em frente à Santa Casa de Misericórdia.





Colégio Stella Matutina e Capela em 1970 - Foto: acervo Aelson Amaral

O antigo espaço foi vendido a um empreendedor da construção civil em meados da década de 1970, e o prédio da escola foi demolido em 1978. A capela foi poupada por ser um templo e não por seu valor arquitetônico ou por constituir um patrimônio cultural. Em 1976, o empresário Sidivan Ribeiro comprou a capela, transformando-a em galeria de arte e ponto de encontro da juventude universitária. O espaço funcionou até 1986, quando também foi demolido. Ainda antes da demolição da capela, a destruição do Colégio Stella Matutina já havia sido apontada

como elemento que despertou a consciência da comunidade sobre a importância de tomar-se medidas objetivas nesta área. Aqui temos a origem de uma conduta da comunidade que propiciará a legitimação para a criação de um setor dentro da administração municipal que cuide dessas questões (PASSAGLIA, 1982, p. 18)

Passaglia observa que o debate ocorrido através da imprensa local registrou inúmeras passagens nas quais se apontava o que deveria ser valorizado e preservado. O fato motivou manifestações, troca de farpas entre políticos e intelectuais, defesas e ataques públicos.



Motivou ainda que se fizessem listas de bens passíveis de preservação. A partir de então, o órgão de cultura da cidade, a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), começou a elaborar uma relação dos “Monumentos Históricos e Arquitetônicos ora existentes na cidade de Juiz de Fora”. A partir dessa realidade, o próprio livro de Passaglia busca recuperar o tema e definir políticas de preservação para o município a partir da preocupação com o processo de crescimento que, àquela altura, já havia motivado “um alto grau de alteração e de perda dos referenciais vinculados à formação sócio-cultural do município” (PASSAGLIA, 1982, p. 9).

A cobertura jornalística

Nas matérias sobre a Capela Galeria de Arte foram encontrados registros de apresentações de balé (Balé Segmento, outubro de 1983) e shows como os de Elba Ramalho, Alceu Valença, Hermeto Pascoal e Sivuca, dentre outros, que transformaram as paredes da antiga instituição religiosa em microcosmo da ideologia libertadora em meio à Ditadura Militar. Exposições ousadas também ocuparam o local, incluindo uma mostra de *body art*, com pinturas feitas sobre os corpos de manequins vivos. O espaço também recebeu palestras, conferências e reuniões, como o debate sobre direito autoral realizado em julho de 1985. A primeira mostra foi inaugurada na Capela em 17 de dezembro de 1977, reunindo obras de Abelardo Zaluar, Arlindo Daibert, Carlos Bracher, Carlos Scliar, Fayga Ostrower, Ruy Merheb e outros artistas.

Essa movimentação, junto à demolição do colégio, atraiu a atenção da mídia para um local de produção da contracultura, quando as artes plásticas tornaram-se o altar da Galeria Capela, abrindo espaço também para a música e a dança. Enquanto abrigou manifestações culturais, o templo conservou suas características originais. Apenas as luminárias foram trocadas. A galeria manteve os vitrais franceses e belgas, o teto de alto relevo e filetado a ouro, os pisos de mármore Carrara, conforme registrado na Revista Manchete, em 7 de janeiro de 1978. A matéria também indicava que ali se realizariam exposições de artes plásticas, concertos musicais, espetáculos teatrais e conferências (RENAULT, 1978).



Responsável também pelo primeiro leilão de arte de Juiz de Fora, a Capela Galeria de Arte, não só trouxe à cidade artistas de renome internacional, como divulgou a arte local para além dos limites mineiros. A exposição intitulada “Artistas de Juiz de Fora” figurou entre as mais prestigiadas no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1978. A Capela “era um espaço onde a arte dava lucro. O dinheiro circulava. Todos os quadros que eram expostos eram logo vendidos” (RIBEIRO, 2008). O empresário manteve o local por dez anos até que, durante o governo de José Sarney, nos anos 80, a inflação nos impostos dificultou a continuidade das atividades.

Parte da memória da cidade foi modificada ou demolida junto com conjuntos arquitetônicos, legal ou ilegalmente destruídos. Noticiadas pela imprensa essas perdas motivaram manifestações dos artistas envolvidos no ideário preservacionista. Observa-se que “havia na cidade um processo de engajamento cultural muito aguçado, bem representado pela família Bracher, que simbolizava uma geração com uma visão de futuro cultural inclusivo” (AZEVEDO, p. 126). A artista plástica Nívea Bracher afirmou que os artistas juizforanos inspiraram-se no movimento nova-iorquino de preservação iniciado após a demolição da Penn Station. Nívea registrou a destruição da capela em fotografias reunidas posteriormente em uma mostra realizada no Rio de Janeiro (BRACHER, 2008).

É possível observar que a imprensa teve íntima relação com esse movimento de artistas e comunidade em geral, não só por noticiar as manifestações, mas por abrir espaço para o debate. Espaço este que torna-se também físico com a criação e ampliação das editorias de cultura, potencializando a discussão do tema. O período que marca a segmentação do jornalismo impresso e a conseqüente adoção das editorias específicas em cadernos separados, também é caracterizado por uma transformação tardia dos jornais, em resposta à captação e interpretação da informação com o advento da TV (CARVALHO, 2007, p. 5), já que “a especialização temática da mídia impressa, seguida do processo de segmentação, é uma tendência mundial que tem se acentuado nas últimas décadas” (NÓRA, 2007, p.6).

Encontramos tal ampliação em manchetes como “Stella Matutina vai abaixo”, cujo texto diz “Convém lembrar que a Europa instituiu 1975 o Ano da Conservação do Patrimônio Histórico; cidades medievais foram restauradas, principalmente na Alemanha, de onde vieram os imigrantes que ajudaram a criar esta Juiz de Fora” (CORREIO DA MATA, 1977). A

manchete do jornal Diário Mercantil do dia 12 de fevereiro de 1978, “Os casarões aos poucos vão caindo e a cidade vai perdendo a sua memória histórica” (AMARAL, 1978), também demonstra o início da mudança da visão da comunidade em relação à preservação de seu patrimônio histórico captada pelo jornalismo cultural. Um amplo debate sobre o tema é encontrado no texto “Conciliar interesses é a solução para o Stella”:

Dizer que o prédio do Stella não tem valor histórico é desconhecer os modernos conceitos de valor artístico e histórico. [...] o diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Renato Soeiro, informa que desde 1970 o IPHAN solicitou aos estados e aos governos municipais que preservem seus valores locais e que ajudem ao IPHAN nessa tarefa. Renato Soeiro é muito claro ao dizer que aos governos municipais cabe enorme responsabilidade na preservação do patrimônio histórico nacional [...] No caso do Stella, cabe à Prefeitura promover o diálogo, tomar iniciativa (o próprio prefeito não quer a demolição), discutir com o proprietário e mostrar-lhe, após consulta ao IPHAN, o que ele tem direito (e não são poucos). É preciso buscar uma forma de conciliar interesses dentro dos conceitos modernos do que é “valor histórico e artístico”. (LEIA HOJE, 1978)

Como vimos, até essa época, não havia instrumentos locais efetivos que garantissem a preservação, de forma que o conjunto arquitetônico do Stella não foi submetido ao processo de tombamento, algo que começou a entrar na pauta do dia em Juiz de Fora a partir das destruições citadas.

É o caso de se perguntar: mudam-se os tempos, ou mudamos nós? [...] respeitem o Patrimônio Histórico, por amor a Juiz de Fora, aonde muita gente chega pobre e faz fortuna, a ponto de pagar para destruir um marco de tradição, onde muitas mães de nossa cidade completaram sua formação moral e cristã. (CORREIO DA MATA, 1977)

O questionamento exposto pela imprensa apresenta uma concepção ainda nova para a época, valorizando o sentido de pertencimento e os aspectos culturais para além da importância arquitetônica ou artística, conforme mostra o estudo de Nilo Azevedo:

...havia um embate que se dava na esfera dos valores acerca do patrimônio, mas que possuía uma consequência direta no mercado imobiliário. Enquanto alguns intelectuais reforçavam o não valor dos imóveis demolidos, outros buscavam ampliar o conceito de patrimônio cultural, dando sentido à história do cotidiano. (AZEVEDO, 2007, p.137)

A preocupação com o patrimônio histórico brasileiro teve início na década de 1920, com os modernistas, quando um grupo de artistas excursionou pelo interior de Minas para



acompanhar Blaise Cendrars.⁵ Na época, o grupo modernista aproximou-se do então Ministério da Educação e Saúde para criar o SPHAN, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituído em 1937. Hoje, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, é ligado ao Ministério da Cultura. Apesar de sua longínqua criação – ainda no panorama político ditado pelo presidente Getúlio Vargas –, as primeiras décadas do IPHAN demonstravam pouca atividade. A partir do fortalecimento de leis de incentivo à preservação histórica, o órgão é consolidado e se estabelece como principal base na defesa da causa, então respaldado por um caráter normativo e outro executivo.

Apesar do fortalecimento, até o último quartel do século XX, apenas a arquitetura colonial ganhou alguma atenção, época em que Juiz de Fora perdeu grande parte de suas edificações atreladas a estilos mais recentes como art nouveau e art déco. O conjunto do Stella era de inspiração holandesa, fato que chegou a ser usado como justificativa para a demolição, já que não traria “características brasileiras”, conforme cita Passaglia:

Enquanto Paulino [de Oliveira, historiador e cronista] lamentava a bonita fachada do edifício que vai ser demolido não vendo, no entanto, qualquer valor histórico que mereça preservação, Almir de Oliveira e Dornevilly Nóbrega – jornalistas – colocaram em dúvida a autenticidade gótica da construção afirmando que o ‘gótico’ é feito com pedras e não com tijolos como o Stella. (DIÁRIO MERCANTIL, 1978, apud PASSAGLIA, 1982, p.18)

Idéias de patrimônio cultural e tombamento começaram a ganhar forma e formalidade somente em 1988, com a promulgação do Artigo 216 da Constituição Federal. Os anos que sucederam a Constituição de 1988, sob o viés da preservação histórica-cultural no Brasil, foram um projeto analítico do bem sucedido papel que o assunto viria a ganhar. Hoje é inegável o valor arquitetônico da Capela do Colégio Stella Matutina, mas a esse valor arquitetônico adiciona-se um valor simbólico, pois, nos dez anos em que a capela funcionou como espaço artístico-cultural, sua ação como elemento aglutinador da classe artística, marcou para sempre a vida cultural da cidade.

⁵ Após a turnê pelo interior, a artista plástica Tarsila do Amaral queria voltar a Paris não para saber da última moda, mas para aprender técnicas de restauração para recuperar o passado colonial brasileiro. Cf. SANTIAGO, 1989.





*Manifestação pela preservação da Capela em 1986
Foto: acervo Humberto Nicoline*

Considerações finais

Reportagens divulgadas em periódicos como Correio da Mata, Diário da Tarde, Diário Mercantil, Tribuna da Imprensa e Correio do Povo incentivaram, sob o mote da resistência cultural, a construção da cidadania frente à defesa do patrimônio histórico na cidade de Juiz de Fora. Ao noticiar e interpretar eventos emblemáticos relacionados à destruição de parte do patrimônio da cidade, a imprensa, através do jornalismo cultural, demonstra ter contribuído para a construção do ideário da defesa dos bens culturais locais, que levou à implementação



de uma política de patrimônio cultural. No início da década de 1980 registram-se as primeiras ações nesse sentido a partir do estudo de Passaglia, que foi publicado como livro (PASSAGLIA, 1982).

Todavia, o resultado mais importante, que deu início à história institucional-legal da proteção do patrimônio cultural de Juiz de Fora, foi a Lei Municipal n. 6.108, de 13 de janeiro de 1982, primeira norma a reger a proteção do patrimônio cultural do município de Juiz de Fora. A referida lei tratou de quatro importantes institutos: a implementação do tombamento como instrumento de proteção; a possibilidade de isenções fiscais como instrumento de incentivo aos proprietários de bens tombados; a criação da Comissão Técnico-Permanente Cultural (CTPC) como órgão consultivo de formação das diretrizes das políticas públicas para o setor; e a criação do Conselho Consultivo de Proteção ao Patrimônio Cultural, como órgão de consulta do poder executivo local. (AZEVEDO, 2007, p. 120)

Enxergamos aí uma movimentação popular não no sentido de uso da mídia comunitária ou popular, mas na maneira como o movimento se apropriou da imprensa que se aproxima do processo comunicacional descrito por Peruzzo como capaz de ampliar a conquista de direitos de cidadania. A autora diz que a comunicação como processo educativo constitui uma exceção na mídia tradicional, o que em nossa análise não foge à regra no contexto local. No entanto, podemos dizer que o envolvimento da mídia tradicional com questões de cidadania desponta de maneira precursora nas discussões relativas à preservação do patrimônio na cidade, pois só mais tarde evoluiu este interesse no avanço da democratização da sociedade, já no contexto do crescente número de ONGs, associações e movimentos organizativos de toda espécie (PERUZZO, 2005, p.3). Como observa Marialva Barbosa, a partir dos anos 80, as mutações do jornalismo diário fazem eclodir um jornalismo que faz “dos profissionais espécies de investigadores do cotidiano, uma clara estratégia de natureza política; a radicalização do que alguns autores chamam de ‘jornalismo cidadão’, ou seja, a visão construída de que a ação quotidiana da imprensa deve ter uma utilidade social” (BARBOSA, p. 221).

O amplo movimento em favor da preservação teve continuidade na campanha “Mascarenhas, meu amor”, realizada por diversos atores do segmento artístico, que propunham a utilização do espaço da antiga Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas para fins culturais. O empenho da população, que teve início na primeira metade da década de 1980, teve um desfecho positivo, quando em 1987 foi inaugurado o Centro Cultural Bernardo





ENCONTRO NACIONAL DE
**HISTÓRIA
DA MÍDIA**
mídia alternativa e alternativas midiáticas

Mascarenhas. Nem todas as lutas tiveram o mesmo êxito e muitas perdas, inclusive recentes e até criminosas, ocorreram. Mas hoje, Juiz de Fora já registra 206 bens tombados pelo município, incluindo o registro de cinco bens imateriais.



Bibliografia

Livros, artigos em livros, teses, dissertações:

AZEVEDO, Nilo Lima de. **Democracia e patrimônio cultural: as práticas da gestão participativa em Juiz de Fora**. Dissertação de Mestrado, UFJF, 2007.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

CARVALHO, Carmen. **Segmentação do jornal, a história do suplemento como estratégia de mercado**. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007.

ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

GUIMARÃES, Sávio. **Juiz de Fora – Projetando Memória**. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008.

LINDOSO, Felipe (org.). **Rumos (do) jornalismo cultural**. São Paulo: Summus, 2007.

MUSSE, Christina. **Imprensa, cultura e imaginário urbano**. Juiz de Fora: Funalfa; São Paulo: Nankin, 2008.

NEVES, José Alberto Pinho. **Memória: Conhecer para preservar**. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004a.

NEVES, José Alberto Pinho (org). **Memória da urbe: bens tombados**. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004b.

NEVES, José Alberto Pinho et. al. **Juiz de Fora: História texto e imagem**. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004c.

NÓRA, Gabriela. **Segmentação no jornalismo impresso: representação e fragmentação do real**. Santos: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **Preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Instituto de Pesquisa e Planejamento, Comissão Permanente Técnico-Cultural, 1982.



PERUZZO, Cicilia M.Krohling. “Direito à comunicação comunitária: Participação popular e cidadania”. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, ano II, n.3, jul//dic. 2005. São Paulo: ALAIC. p.18-41.

PIZA, Daniel. **Jornalismo cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTIAGO, Silviano. “A permanência do discurso da tradição no modernismo”. In: **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.94-123.

SOUZA, Ana Lúcia Fiorot de. **O Álbum do Município de Juiz de Fora de 1915: a cidade entre textos e imagens**. Comunicação no XI Congresso Internacional da Abralic – Tessituras, Interações, Convergências. USP, 13 a 17 de julho de 2008.

Artigos em revistas e jornais, encartes especiais:

AMARAL, João Carlos. “Os casarões aos poucos vão caindo e a cidade vai perdendo a sua memória histórica”. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 13 e 14 de fevereiro de 1978, p.?.

CORREIO DA MATA. “O Stella Matutina vai abaixo”. **Correio da Mata**, Juiz de Fora, 19 jul. 1977.

LEIA HOJE. “Conciliar interesses é a solução para o Stella”. **Leia Hoje**, Juiz de Fora, março de 1978.

RENAULT, Maria. “De igreja a galeria – Juiz de Fora segue Salvador”. **Manchete**. Rio de Janeiro, n. 1342 , 7 de jan. 1978.

Material gravado em áudio:

BRACHER, Nívea. **Nívea Bracher**: depoimento [set.2008]. Entrevistadores: Fernanda Fernandes e Teo Pasquini. Juiz de Fora, 2008. Gravação Digital (60min): estéreo.

RIBEIRO, Sidivan. **Sidivan Ribeiro**: depoimento [jun.2008]. Entrevistador: Teo Pasquini. Juiz de Fora, 2008. Gravação Digital (80min): estéreo.

Material em suporte eletrônico:

Histórico do Colégio Stella Matutina. Juiz de Fora, 2009. Disponível em:
<<http://ssps.uaidigital.com.br/pagina.asp?area=81&secao=88&site=3>> Acesso em 27 de Junho de 2009

Histórico do Centro Cultural Bernardo Mascarenhas. Juiz de Fora, 2009. Disponível em:
<<http://www.funalfa.pjf.mg.gov.br/czcbm/historico.php>> Acesso em 30 de Junho 2009

